

Na negociação nós botamos a área da Primeiro Tribunal de Justiça, nossa proposta é que teria que ter 100 milhões a mais para o Tribunal de Justiça. O governo botou 300 milhões por conta dele.

O SR. GIL DINIZ - SEM PARTIDO – COM ASSENTIMENTO DO ORADOR - E teve a taxa, Barba, que a gente aprovou aqui. Desculpe atrapalhá-lo. Nós aprovamos a taxa para o TJ, e além de tudo isso o governo ainda colocou 300 milhões de reais.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Trezentos milhões, é. Nossa indicação era de 100 milhões, porque entendíamos que tem custeio de pessoal, então tem que ser garantido isso. O governo botou 300 milhões de reais.

Tem a área da Educação, a área da Saúde, a área de Desenvolvimento Econômico, a área da Cultura, a área da Agricultura, a área da Logística, a área da Justiça. Aí a Justiça é educação de direitos humanos e custeio. A área da Polícia Civil tem aqui cinco pontos que nós indicamos, que vocês indicaram no Orçamento, no final do ano passado, e nós apoiamos.

Tem a área da Habitação, tem a área do DAEE, tem a área do Desenvolvimento Social, tem a área da Penitenciária, tem a área do Esporte, tem a Defensoria. A Defensoria tinha um pleito de 70 milhões para cumprir seu orçamento. Tem a área do Turismo e a área da Defesa Civil.

Então, todas essas, que são aqui num total de mais de 30 pontos, eu venho dialogando com o deputado Carlão, e o deputado Carlão dialogando com o deputado Olim, que era o relator, foram incluindo esses pontos. Por isso é que eu estou muito tranquilo, porque a oposição nesta Casa, deputado Barros Munhoz, não basta querer fazer oposição, tem que saber como é que faz oposição.

Quem quer fazer oposição não pode comer bola na beira do microfone. Quem quer fazer oposição tem que saber quando vai discutir uma urgência, que é obstruir desde a urgência, tem uma lista de inscrição.

E eu conheço aqui de cor e salteado. Se eu for fazer obstrução, eu sei tudo o que eu faço aqui neste microfone, Delegado Olim. Não tem bolada nas costas ou bola embaixo das pernas que o presidente da Assembleia, seja Gilmaci ou Cauê Macris, consiga passar.

O problema é esse, que as pessoas querem fazer oposição e não sabem o que estão fazendo. Eu, por exemplo, quando se inicia a pauta aqui, na Ordem do Dia tem um projeto chamado 04 truncando todo dia essa pauta na Ordem do Dia.

Quando vai discutir um novo projeto, se tem acordo no Colégio de Líderes, a gente vem para cá e faz a inversão da pauta, e quem quiser discutir se inscreve, vai discutir e vai obstruindo.

Por exemplo, o Projeto 596. Não deu tempo de esgotar o debate dos inscritos dele, que era o segundo item da Ordinária. Eu sou contrário a ele, já avisei. Já avisei para o Carlão, pedi até para o Carlão, eu falei: “Não quer deixar esse debate para o ano que vem, para reduzir os conflitos?”.

Qual o grande problema daquele Projeto 596? Exatamente o ponto que eles mais gostam, o pessoal do agronegócio, é exatamente a flexibilização para terceirizar a fiscalização, que hoje é feita pelo nosso povo que é funcionário de carreira.

E como o PSDB tem como objetivo destruir funcionário de carreira, fala assim: “Esse pessoal aí não gosta de trabalhar; por isso nós temos que privatizar e terceirizar”.

Ao privatizar, quem é a empresa que vai fazer a fiscalização? Quem é a empresa que vai fazer a fiscalização? Uma empresa do setor privado que pode muito bem ser influenciada pelo agronegócio, deputado Campos Machado.

É como você ter que comprovar um chassi com número mal escrito seu lá numa empresa privada para levar para o Detran. Significa o que? Que aquela empresa, se você pagar um pouco mais, ela pode favorecer, dizendo que conseguiu ler realmente o seu chassi.

Então, é por esse motivo que eu quero deixar claro aqui: quem quiser fazer oposição pode pedir ajuda que eu explico como é que funciona...

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Para conclusão, deputado.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Para que os deputados não percam tempo. Qualquer projeto que vai abrir a lista de inscrição, o deputado tem que se inscrever. Se não quiser se inscrever, aprovou, vai para o encaminhamento. Aliás, o primeiro projeto era o projeto do Daniel José, não precisava ninguém fazer nada no projeto dele. Aprovava a urgência, restavam os dois projetos, que eram o 596 e o PL de resolução da Mesa, o 19. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, deputado. Para falar a favor, o deputado Danilo Balas.

O SR. GIL DINIZ - SEM PARTIDO - Tem comunicação?

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Não deputado, nós não estamos dando comunicação.

O SR. GIL DINIZ - SEM PARTIDO - Eu faço um aparte.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Deputado Danilo Balas para falar a favor.

O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa noite, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a todos que nos acompanham pela TV Assembleia e aos funcionários desta Casa. Antes de iniciar o meu pronunciamento, um aparte ao deputado Gil Diniz.

O SR. GIL DINIZ - SEM PARTIDO - COM ASSENTIMENTO DO ORADOR - Obrigado, deputado Balas. É só para dialogar com o deputado Teonílio Barba. Realmente, deputado, nós estamos aprendendo aqui a fazer oposição. Há negociações que nós não fazemos, acordos que passam longe da nossa bancada.

Ainda dá tempo de melhorar esse Orçamento. Dá tempo. Neste momento o líder do Governo está junto com o líder do Partido dos Trabalhadores, um momento icônico aqui no plenário da Assembleia Legislativa. Grandes parceiros, grandes irmãos, irmãos siameses aqui neste plenário estão aqui fazendo os seus ajustes.

Então, não é questão de comer bola. Hoje, por exemplo, o PT está ajudando no quórum e provavelmente vai ajudar na votação do Orçamento com a sua presença, com o seu voto - ainda, povo de São Paulo, que o voto seja “não”. Vão dar quórum all no voto, ao invés de melhorar esse discurso.

Então, ao invés de subir à tribuna para fazer o que nós chamamos de firula, fumaça, para mostrar uma certa objeção à lei orçamentária, não obstruam, deputado Gilmaci. Deixem quem quer fazer oposição hoje fazer, porque sobem à tribuna, reclamam, reclamam do Orçamento, mas ao final dão quórum, ao final vão votar, vão dar quórum aqui no painel para aprovar a lei orçamentária.

Então, a gente não pode fazer essa oposição de festim. A gente precisa se posicionar, tentar melhorar os projetos. Eu fiz diversas emendas à lei orçamentária. Não tenho partido, infelizmente não posso obstruir, como o PT e seu líder podem obstruir esse projeto, que é importante para o povo de São Paulo, que é importante até para o Governo do Estado de São Paulo.

Mas, neste momento, nesta noite, o PT, mais uma vez, ajuda o PSDB e ajuda o governador a aprovar suas pautas. Essa é a realidade. Obrigado, deputado Balas, pelo aparte.

O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - Senhoras e Senhores, primeiramente declaro que sou contra a lei orçamentária do jeito que está. Sou contra porque várias emendas de deputados - não só minha, como de outros deputados desta Casa - foram rejeitadas.

Também tramita, nesta semana, o Projeto de decreto legislativo 22/2020. Sou favorável a esse PDL, que faz justiça aos pensionistas e aposentados. O governador, deputado Barba, retirou valores daquele aposentado, daquele pensionista que trabalhou mais de 30 anos pelo estado de São Paulo, num momento em que mais o aposentado precisa.

Remédios caros, plano de saúde com preço exorbitante, e o governador do estado de São Paulo, através do projeto

de lei que virou uma lei estadual, aumentou a tributação do aposentado e do pensionista, ocasionando a retirada de valores importantes para o restante de sua vida, que deveria ser com mais qualidade de vida.

Cedo um aparte ao deputado Barba.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - COM ASSENTIMENTO DO ORADOR - Obrigado, deputado Agente Danilo Balas. Vamos esclarecer, deputado Gil Diniz. O senhor não está fazendo oposição. O senhor não quer. O senhor, se for se filiar a qualquer partido, principalmente partido que não existe nesta Casa, o senhor viria um líder da sua bancada, com direito a poder verificar, não ficar dependendo só de projetos, para poder se inscrever.

O senhor precisa, eu já lhe sugeri isso. Falei: deputado Gil Diniz, se o senhor for se inscrever num partido, se estiver num partido, acha o que melhor se combina, o senhor viria líder de sua bancada e tem o direito de poder verificar, coisa que o senhor não pode fazer hoje, porque o senhor não tem partido.

Então, tem várias coisas. O senhor pode encaminhar, são 10 minutos a mais, pode ter o direito de verificar. Então, o senhor também precisa dar correção ao seu discurso, deputado Gil Diniz. Eu deixei muito claro aqui. Na lista que nós negociamos no ano passado, a deputada Janaina fez parte, só não está a questão da comunicação, que nós conseguimos excluir. O restante está praticamente tudo dentro e já foi incluído direto no parecer do relator. Só para deixar claro.

E aqui, deputado Gil Diniz, quem faz oposição para valer mesmo, e quando nós vamos fazer, é o PT, está bom? Só para deixar claro para o senhor. Muito obrigado, deputado Danilo Balas.

O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - A réplica foi concedida. A tréplica, deputado Gil Diniz, só mais um pouquinho. Vou avançar no meu tempo e vou conceder a V. Exa. a tréplica.

Hoje o governador do estado de São Paulo esteve em Sorocaba às 17 horas. Esteve no Comando de Policiamento do Interior - 7, Sorocaba e Região. Mais de três milhões de pessoas atendidas, e ele inaugurou o 14º Baep. Nosso irmão aqui, Major Mecca, já esteve num Baep da vida e sabe como os nossos homens enfrentam a criminalidade.

O senhor comentou, deputado Mecca, que a Rota recebeu poucas viaturas blindadas. Pois bem, Sorocaba recebeu apenas quatro viaturas blindadas. Está faltando a quinta chegar, que não chegou. Serão somente cinco viaturas blindadas, e alguns prefeitos do PSDB presentes.

Infelizmente, nós não tivemos, dentro de um quartel centenário, muito representativo de nossa região de Sorocaba, tombado pelo patrimônio histórico, nenhum deputado representante da Segurança Pública. Não houve a presença do Sargento Neri, do Coronel Telhada, a minha presença, não estive no local. Major Mecca, Coronel Telhada, Tenente Nascimento, nós não estivemos na inauguração do Batalhão de Ações Especiais Policiais, na nossa Casa, infelizmente.

Fui ontem dar os parabéns ao coronel Alexander, a todo o efetivo do 14º Baep, mas hoje não fui, às 17 horas, dar um abraço em nossos irmãos, e infelizmente estava discursando o governador do estado de São Paulo, João Doria, aquele que viria às costas para a Polícia Militar, para a Polícia Civil, para a Polícia Técnico-Científica. E estava novamente em cima de um palanque, falando mentiras.

Enquanto 600 investigadores da Polícia Civil ainda aguardam o chamamento para fazer a Acadepol, ele fala mentiras em cima de um palanque. Enquanto a polícia de São Paulo não recebe o aumento prometido em campanha, o governador João Doria mente no palanque. Em contrapartida, nós tivemos hoje à tarde a presença do presidente Jair Messias Bolsonaro na reinauguração da torre do relógio da Ceagesp.

Com o devido respeito, líder do Governo, deputado Carlão Pignatari, a reinauguração não foi apenas de uma caixa d’água. Eu liuo uma matéria curta para V. Exa., até para que a assessoria do senhor pesquise o que é a torre do relógio da Ceagesp: “O presidente esteve na capital paulista em evento promovido pela Ceagesp, empresa pública federal, reinauguração da torre do relógio, que tem 52 metros de altura, e é o marco do entroposto terminal São Paulo. O presidente Bolsonaro é o primeiro presidente que visita a Ceagesp”.

Vou trazer aqui números importantes e o que representa a presença do presidente aqui na Ceagesp. A Ceagesp é responsável pela maior central de abastecimento de frutas, legumes, verduras, flores, entre outros produtos, da América Latina. O presidente não veio inaugurar uma caixa d’água.

O volume comercializado, por ano, chega a três milhões de toneladas, com valor financeiro de mais de oito bilhões de reais. Na central aqui de São Paulo, fluxo médio: 50 mil pessoas por dia passam na Ceagesp. São 509 empregados e 25 empregos indiretos, além de dois mil permissionários, 247 varejistas e 376 ambulantes.

Na Ceagesp havia um antro de corrupção. Jair Bolsonaro, nosso presidente, delegou a missão ao coronel Mello Araújo, que foi comandante da Rota, para fazer uma limpeza na Ceagesp. Como outros deputados falaram aqui, aquele cidadão que puxava carrinho pagava 60 reais para guardar o seu carrinho na própria estrutura da Ceagesp, pagava ao sindicato, dentre outros aachques e absurdos que aconteciam ali, contratos superfaturados, contratos ilegais.

Então o coronel Mello Araújo trouxe uma equipe com expertise em licitações, e vários contratos já estão sendo revis- tos, da segurança local, da limpeza, dentre outros. Então isso foi o que o presidente Bolsonaro veio fazer aqui em São Paulo, a reinauguração da Torre do Relógio da Ceagesp, um órgão, uma empresa federal importantíssima não só para São Paulo como para o Brasil.

Nesta semana também estivemos na Comissão de Fiscalização e Controle; passaram pela comissão as contas anuais do governador. Tivemos uma votação de seis a três: seis deputados votaram a favor, pela aprovação das contas do governador, e três deputados votaram contra a aprovação das contas do governador. O votei contra as contas do governador.

Depois, essas contas vieram a plenário. Em plenário também declarei meu voto contrário. Como o deputado Barba disse, declarando no microfone o voto contrário, eu apresentei por escrito à Mesa as razões pelas quais eu votei contrariamente às contas do governador, porque verifiquei inúmeras irregularidades.

Vossa Excelência, deputado Gil, se quiser fazer a tréplica, neste momento eu abro o microfone para Vossa Excelência.

O SR. GIL DINIZ - SEM PARTIDO - COM ASSENTIMENTO DO ORADOR - Eu agradeço, deputado Agente Federal Danilo Balas, mas volto aqui a chamar a atenção do plenário, do deputado líder do PT e do público que nos acompanha pela Rede Alesp.

Eu entendo que haja esse acordo com o governo, que o próprio relator tenha aceitado várias emendas, mas o próprio deputado Paulo Fiorilo colocou aqui a questão da comunicação, da verba de comunicação. Só isso já era um absurdo, só isso já deveria travar este plenário.

Mas nós aqui somos criticados por essa crise na Saúde, e agora que nós temos a oportunidade de discutir o orçamento para a Saúde, para combater, inclusive, essa pandemia, 800 milhões de reais a menos na Saúde, e o PT vai votar favoravelmente ou então vai dar quórum para que seja aprovado. E nós poderíamos estar melhorando esse texto na área da Saúde.

Então, onde o governador prometeu, inclusive, reajuste salarial aos policiais militares, o corte, deputado Coronel Telhada, é de mais de dois bilhões. Então o PT e sua bancada de dez deputados estaduais, que dizem defender o servidor público - e o policial militar é um servidor público também, não só o policial militar, o policial civil também -, neste momento, aqui, dos seus dez deputados que têm mandato nesta Casa, o deputado Fiorilo já discutiu, o deputado Barba, e estão inscritos a

deputada Bebel, o deputado Jorge do Carmo e o deputado José América. Cinquenta por cento da bancada.

Então é só isso que nós estamos falando aqui e chamando a atenção. Realmente, deputado Barba, nós aprendemos muito com a oposição e estamos aprendendo. Menos de dois anos aqui nesta Casa, estamos aprendendo a cada dia, mas me surpreende que metade da bancada do PT ache que isso daqui, menos 800 milhões de reais na Saúde, seja viável, menos dois bilhões na Segurança Pública seja viável. Eu acredito que não. E ainda dá tempo de melhorar esse texto.

Então, por isso nós estamos fazendo ou tentando fazer essa obstrução nesta noite no plenário. Se não é o ideal, pelo menos é o necessário para a noite de hoje. Muito obrigado, deputado Agente Federal Danilo Balas.

\*\*\*

- Assume a Presidência o Sr. Cauê Macris.

\*\*\*

O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - Finalizando a minha vinda a este plenário, a Polícia Técnico-Científica também está esquecida por João Doria. Os IMLs, Institutos Médicos Legais, estão caindo aos pedaços. Falam aqui do IML de Sorocaba. A geladeira está lotada. Existem corpos há mais de 90 dias que o exame de DNA não é feito. O necrotério de Sorocaba fica no andar superior, e cai sangue e fluidos no andar de baixo.

Hoje, em Sorocaba, para encerrar, Sr. Presidente, o governador João Doria foi inquirido sobre o IML e, mais uma vez, saiu pela direita, deu aquela resposta evasiva, como sempre dá.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Pela ordem, presidente. Eu poderia só fazer um comunicado?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Não estamos dando comunicado, deputada Carla Morando.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - É só para tirar uma coisa dos autos da Casa.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pois não. Então é uma questão de ordem que V. Exa. quer fazer.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - PARA QUESTÃO DE ORDEM - Para retirar dos autos da Casa uma das falas do Frederico d’Ávila sobre a questão de psicopata, como ele chamou o nosso governador, que eu acho que, no momento em que nós estamos, toda essa agressividade, não há necessidade desse tipo de adjetivo. Não tem nada a acrescentar. Eu gostaria que fosse retirado dos autos, por favor.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Solicito à SGP que me traga as notas taquigráficas. Eu quero olhar as notas taquigráficas antes de determinar qualquer retirada.

O SR. FREDERICO D’AVILA - PSL - Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Qual é a questão de ordem de Vossa Excelência?

O SR. FREDERICO D’AVILA - PSL - PARA QUESTÃO DE ORDEM - A questão de ordem é sobre o comentário da líder...

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Posso primeiro ver a nota taquigráfica? Antes de tomar uma decisão...

O SR. FREDERICO D’AVILA - PSL - O senhor vai encontrar a palavra psicopata. Não retiro nenhum momento. Se a deputada

Carla quiser, eu exponho os mais de oito minutos de áudio do governador João Doria a respeito de assuntos que não são ainda de conhecimento da população.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Frederico, eu vou primeiro avaliar as notas taquigráficas e depois tomar a minha decisão.

Com a palavra, contra o projeto, o deputado Ricardo Mellão.

O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO - SEM REVISÃO DO ORADOR - Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Hoje estamos debatendo aqui uma das questões mais importantes do nosso estado do ano, talvez a mais importante, a discussão orçamentária.

Se nós vivêssemos no Reino Unido, em países desenvolvidos, teríamos uma ampla participação da população. Lá essa discussão é acompanhada na íntegra, de forma intensa, por todas as pessoas, porque todos aqueles que acordam cedo, que trabalham, que pagam seus impostos, impostos tirados de boa parte daquilo que se produziu, têm o direito de saber para onde o seu dinheiro está indo, onde o seu dinheiro está sendo gasto. Isso é de interesse de todos.

Não existe dinheiro público, o que existe é dinheiro do pagador de impostos. O Estado não produz riqueza, quem produz riqueza é quem acorda, trabalha e sua todos dos dias para sustentar a si e as suas famílias e tem uma grande parte disso tirada pelo Governo do Estado.

Para discutir o orçamento atual, acho importante trazer alguns elementos. Todos sabem que eu participo da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento e tenho um apreço muito especial, uma dedicação, eu e minha equipe, para analisar cada virgula do Orçamento do estado de São Paulo. Eu dediquei o meu mandato para fazer esse trabalho e procuro fazê-lo com afinco.

Na discussão de hoje, eu queria trazer algumas inconsistências, em minha opinião, que não podem ser admitidas por quem quiser votar nesse orçamento. Então, vou deixar bem claro: quem votar a favor desse orçamento estará chancelando as coisas que eu irei destacar aqui.

A primeira delas é o aumento do gasto com publicidade institucional. Para vocês terem uma ideia do que é o Programa 5123 de comunicação social, gastou-se em 2020 - na verdade, estava previsto para 2020, este ano -, 88 milhões de verba com publicidade. Foi aumentado na proposta orçamentária deste ano esse valor para 153 milhões de reais, ou seja, um aumento de 65 milhões de reais para se gastar com publicidade.

Qual a necessidade disso neste momento? Em todo o ano que nós tivemos agora, quando foi necessária a comunicação em virtude da pandemia, você tinha 88 milhões para essa destinação. Ano que vem, você aumenta em 65 milhões de reais. Acho que é um péssimo exemplo que é dado pelo Governo do Estado de São Paulo.

Para vocês terem uma ideia, como efeito comparativo, o Instituto do Câncer de São Paulo Octavio Frias de Oliveira, na proposta inicial apresentada pelo Governo do Estado aqui, tinha uma redução prevista de 54 milhões de reais a menos do que em 2020, quase o mesmo valor.

Aliás, aumentou-se muito mais o gasto de publicidade, um gasto que poderia estar indo para o Icesp. O Icesp, como a gente sabe, realiza 50 mil atendimentos mensais, o que significa que essa redução simbolizaria uma falta de atendimento de cinco mil pessoas. Cinco mil pessoas deixarão de ser atendidas para bancar a publicidade do governo.

Mas aí, no relatório do deputado Olim, foram contemplados 29 milhões para reduzir esse dano do Icesp, mas, mesmo assim, outras áreas ficaram desfalçadas, que eu quero destacar aqui.

Segurança Pública, atividade essencial do Estado, para todos. Nós tivemos uma redução no Orçamento deste ano em relação ao ano passado de dois bilhões de reais. Dois bilhões de reais a menos para Segurança Pública. Esse é o orçamento que está aqui, na Casa, para ser aprovado e apreciado pelos Srs. Deputados.

Secretaria da Saúde. Em plena pandemia, com tudo o que nós estamos vendo, a Secretaria da Saúde teve uma redução na proposta inicial de 800 milhões de reais. Com o relatório do deputado Olim, essa redução foi para 700 milhões de reais, mas continua sendo um valor absurdo.

E o argumento que o governo traz para essa redução é que as despesas necessárias foram feitas este ano para o combate à Covid, por isso não haveria necessidade de gastar ano que vem.

Mas eu gostaria de encontrar nesse orçamento onde está o gasto com a vacina. Qual dotação do Orçamento? Eu não encontrei. Desafio qualquer deputado a me apontar em que dotação está prevista a compra das vacinas anunciadas pelo Governo do Estado de São Paulo. Eu não encontrei nesse orça-

mento. E nós sabemos que haverá um gasto enorme com isso, já que o governador disse que vai vacinar o Brasil todo.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - COM ASSENTIMENTO DO ORADOR - Só para corroborar com o discurso do senhor. Os dados que nós trouxemos, tanto o senhor como eu, não são dados corrigidos, porque, se corrigirmos pela inflação de 3,1%, os valores da Saúde, da Segurança Pública serão muito maiores. Muito obrigado.

O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO - Com certeza. De nada. Aliás, muito bem colocado aqui, deputado Paulo Fiorilo, você que analisa também com bastante rigor o Orçamento.

Outra questão técnica que eu encontrei nesse orçamento são as famosas janelas orçamentárias. Poucas pessoas sabem o que são as janelas orçamentárias. Eu vou até ler aqui, uma dotação simbólica na Lei Orçamentária em valor significativamente inferior ao custo da ação correspondente, com a finalidade clara de viabilizar, mediante pressões políticas, futuras suplementações. Ou seja, dotações com valores irrisórios.

Nós temos aqui dotação com valor de dez reais. Por exemplo, Programa 1601, planejamento de logística e transportes. Ação: desestatização de aeroportos. Valor: dez reais. Programa Corpo de Bombeiros preparado para emergências, com foco na gestão de riscos. Valor: dez reais.

Para que tantas dotações com valores irrisórios? Qual é o sentido disso? Inclusive, a própria Lei de Responsabilidade Fiscal, no Art. 5º, § 4º, veda a consignação de valores imprecisos, ou seja, trata-se de uma grande irregularidade que é cometida e colocada no nosso orçamento. Não podemos aceitar esse tipo de coisa.

Para finalizar, eu gostaria de relembrá-los de um projeto que foi aprovado nesta Casa, da taxa do Judiciário. Da taxa que era cobrada do Judiciário nós tínhamos 30% dela que ia para os cofres do Governo do Estado.

Nós aprovamos aqui o envio dessa taxa de 30% para que seja remetida, através do projeto de lei que eu tenho aqui, o projeto de lei do Governo do Estado de São Paulo que alterava a Lei 11.608, que destinava, no seu Art. 1º, no inciso II, 30% que iriam para o Governo do Estado para custeio das despesas com pessoal no âmbito do Tribunal de Justiça.

Eu fiz um cálculo à época. Esses 30% que o Governo do Estado abriu mão de receita e repassou diretamente, através do projeto de lei aprovado, para o Tribunal de Justiça gastar com pessoal, dotação de pessoal, dava cerca de 297 milhões de reais.

Na justificativa daquele projeto que foi aprovado nesta Casa, mais precisamente no dia 31 de agosto, era colocado claramente pelo secretário da Fazenda e Planejamento, Henrique Meirelles, que essa transferência de recurso prevista, eu estou aqui com o ofício que foi enviado junto com o projeto, “não terá impacto financeiro para o Poder Executivo, uma vez que haverá compensação na redução da parcela discricionária alocada ao Tribunal de Justiça”. Ou seja, traduzindo, seria tirado isso do orçamento que ia ser destinado aqui para o Tribunal de Justiça.

Detalhe: na proposta inicial, havia sido tirado, mas, através de um novo ofício, o governo simplesmente pediu para alocar mais 300 milhões de reais na dotação do Tribunal de Justiça, que foi acatada no relatório, justamente para despesas com pessoal.

Ou seja, cadê aquela taxa? Qual era o sentido de transferir aquela taxa diretamente para o Tribunal de Justiça, sendo que falaram e garantiram aqui, na justificativa do projeto, que aquela taxa seria...

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Mellão, vou pedir desculpas a V. Exa., preservado o tempo de cinco minutos e 55 segundos de V. Exa. ainda tem, pois esgotou o tempo da sessão. Em dez minutos retomaremos na segunda sessão extraordinária e eu devolverei o tempo a Vossa Excelência.

\*\*\*

- Encerra-se a sessão às 21 horas e 40 minutos.

\*\*\*

## 15 DE DEZEMBRO DE 2020 63ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: CAUÊ MACRIS
Secretaria: ANDRÉ DO PRADO e ITAMAR BORGES

### RESUMO

ORDEM DO DIA
1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Abre a sessão. Coloca em discussão o PL 627/20.
2 - RICARDO MELLÃO
Discute o PL 627/20 (aparteado pelo deputado Sergio Victor).
3 - JANAINA PASCHOAL
Discute o PL 627/20 (aparteada pelo deputado Barros Munhoz).
4 - MONICA DA MANDATA ATIVISTA
Discute o PL 627/20.
5 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Suspende a sessão por dois minutos, por conveniência da ordem, às 22h24min, reabrindo-a às 22h25min.
6 - PROFESSORA BEBEL LULA
Discute o PL 627/20 (aparteada pelos deputados Paulo Lula Fiorilo e Carlão Pignatari).
7 - DOUGLAS GARCIA
Solicita uma verificação de presença.
8 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando constatado quórum.
9 - ISA PENNA
Discute o PL 627/20.
10 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Encerra a discussão do PL 627/20. Coloca em votação requerimento, do deputado Carlão Pignatari, propondo método de votação ao projeto.
11 - TEONILIO BARBA LULA
Para comunicação, justifica a ausência, nesta sessão, de alguns parlamentares do PT, que pertencem ao grupo de risco da Covid-19.
12 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Faz coro ao deputado Teonílio Barba Lula. Esclarece que parlamentares do grupo de risco da Covid-19 estão, por ato desta Presidência, desobrigados de comparecer presencialmente às sessões.
13 - CAMPOS MACHADO
Encaminha a votação do requerimento de método de votação do PL 627/20, em nome do Avante.
14 - CARLÃO PIGNATARI
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
15 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Defere o pedido. Levanta a sessão.
\*\*\*
- Abre a sessão o Sr. Cauê Macris.
\*\*\*
O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior.
Ordem do Dia.
\*\*\*
- Passa-se à